



Arquitetura, ideologia e governança urbana: uma leitura a partir da cidade de Fortaleza-CE

Architecture, ideology and urban governance: an analysis from the city of Fortaleza-Brazil

Arquitectura, ideología y gobernanza urbana: un análisis desde la ciudad de Fortaleza-Brasil

Daniel Marques Arruda

Mestrando em Arquitetura, Urbanismo e Design, PPGAU+D-UFC, Brasil
marques7.9@hotmail.com

José Almir Farias

Professor Doutor, PPGAU+D-UFC, Brasil
josealmirfarias@gmail.com



RESUMO

Historicamente, a produção de edifícios institucionais públicos tem um peso importante nos arcabouços ideológicos da política brasileira. Se há algo a lamentar nessa herança é o fato de que, quase sempre, ela está associada ao dogmatismo e às decisões autocráticas. Este artigo traz uma reflexão sobre como esse caráter autoritário e ideológico busca refúgio no conceito de governança urbana, mas insidiosamente distorce a sua “boa prática”. Considera-se para tal entendimento a relação causal explicitamente estabelecida entre gestão pública (ou seja, a governança) e o campo arquitetônico e urbanístico, que ganha importância estratégica porque a cidade passa do status de objeto para sujeito-ator das políticas urbanas, convertendo-se agora em um laboratório privilegiado para revigorar as políticas de desenvolvimento econômico e social. A análise aqui realizada se apoia em uma prospecção sobre a concepção de edifícios institucionais públicos na cidade de Fortaleza nos últimos trinta anos. Em nome do turismo e da industrialização, esse esforço projetual caracteriza-se por tomadas de decisão que extrapolam ou simplesmente ignoram os dados mensuráveis da realidade socioespacial que deveriam nortear as intervenções urbanas. A prioridade econômica e o discurso mistificador fundamentam a implantação incoerente de objetos autônomos, propiciando novos conflitos e distorções urbanas.

PALAVRAS-CHAVE: Arquitetura institucional pública. Governança urbana. Política urbana.

ABSTRACT

Historically, the production of institutional buildings has its own importance on the Brazilian political ideological framework. If there is something to regret concerning this heritage, it is the fact it has frequently been associated to the dogmatism and autocratic decisions. This text tries to reflect how this authoritarian and ideological character seeks justification on the concept of urban governance, however, paradoxically, it distorts its “good practice”. In order to understand this, the casual relation established between public management (in other words, urban governance) and the architectonic urban knowledge, which gains strategic importance, is taken into consideration since the city changes status from object to the status of subject- actor of urban policies, converting itself into a privileged lab to invigorate the economic social development policies. The analysis presented is supported by the prospection regarding the conception of / the conceiving idea for public institutional buildings in the city of Fortaleza for the past thirty years. On behalf of tourism and industrialization, this project effort is characterized by decisions that surpasses or ignore measurable data related to the socio-spatial reality that should guide urban interventions. Economic priority and the mystifying speech base the inconsistent insertion of autonomous objects, favoring new conflicts and urban distortions.

KEYWORDS: Public institutional architecture. Urban governance. Urban policy.

RESUMEN

Históricamente, la producción de edificios institucionales públicos tiene un peso importante en los armazones ideológicos de la política brasileña. Si hay algo que lamentar en esa herencia, es el hecho de que casi siempre está asociada al dogmatismo ya las decisiones autocráticas. Este artículo trae una reflexión sobre cómo ese carácter autoritario e ideológico busca refugio en el concepto de gobernanza urbana, pero insidiosamente viene a violentar su “buena práctica”. Se considera para tal entendimiento la relación causal explícitamente establecida entre gestión pública (es decir, la gobernanza) y el campo arquitectónico y urbanístico, que gana importancia estratégica porque la ciudad pasa del status de objeto a sujeto-actor de las políticas urbanas, se ha convertido ahora en el laboratorio privilegiado para revigorizar las políticas de desarrollo económico y social. El análisis aquí realizado se apoia en una prospección sobre la concepción de edificios institucionales públicos en la ciudad de Fortaleza en los últimos treinta años. En nombre del turismo y de la industrialización, ese esfuerzo proyectual se caracteriza por decisiones que extrapolan o simplemente ignoran los datos mensurables de la realidad socioespacial que deberían orientar las intervenciones urbanas. La prioridad económica y el discurso mistificador fundamentan la implantación incoherente de objetos autónomos, propiciando nuevos conflictos y distorsiones urbanas.

PALABRAS-CLAVE: Arquitectura institucional pública. Gobernanza urbana. Política urbana.



1. INTRODUÇÃO

Na história das cidades brasileiras, a arquitetura institucional pública sempre teve grande importância política, e isso não é obra do acaso. Se em um primeiro momento ela servirá como símbolo da construção da nacionalidade e da conquista da modernidade, em um segundo momento ela se tornará referência da mercantilização globalizada. Possivelmente tenhamos perdido, nessa passagem, a nobreza das narrativas míticas ou contextuais para abraçarmos a "demagogia" que fala por imagens espetacularizadas. Se há algo a lamentar, entretanto, é que, para as cidades e as populações que nela vivem, essa arquitetura pode estar associada ao dogmatismo e às decisões autocráticas.

Este artigo não trata da defesa nostálgica de uma arquitetura heroica em particular. Não pretende tampouco alinhar um relato historicista do papel social do arquiteto. Seu propósito é refletir sobre como esse caráter autoritário e ideológico que se impõe à arquitetura institucional pública busca refúgio no conceito de governança urbana, mas insidiosamente distorce a sua "boa prática". Considera-se para esse entendimento a relação causal explicitamente estabelecida entre gestão pública (ou seja, a governança) e o campo arquitetônico e urbanístico, que ganha importância estratégica porque a cidade passa do status de objeto para sujeito-ator das políticas urbanas, apresentando-se agora como um laboratório apropriado e privilegiado para revigorar as políticas de desenvolvimento econômico e social.

Claro, isso não é uma novidade. O espaço, ensinava Lefebvre (1972), é um produto político. Em primeiro lugar porque é o resultado de estratégias contraditórias, e mesmo antagônicas, de representações, apropriações e práticas que ocorrem em função de modelos socioculturais, de interesses específicos de cada grupo e posições sociais de classe. O modo de produção capitalista produz um espaço que lhe próprio.

No caso específico dos projetos arquitetônicos e urbanísticos que se destinam a atender à lógica econômica do neoliberalismo, argumenta-se sobre as vantagens do uso da força imagética da arquitetura como um instrumento capaz de conciliar interesses tanto de mercado quanto sociais. Na prática, no entanto, tal equilíbrio parece ser dificilmente alcançado. Com frequência, o resultado é uma espacialização esquizofrênica: no mesmo território (disciplinar e espacial) essa manufatura representa uma porcentagem infinitamente pequena em comparação com o que realmente é construído, mas que reivindica no discurso, muito mediático, a exuberância de uma cidade plenamente inserida no circuito da globalização. Aos gestores públicos pouco importa a distorção impetrada pelos investimentos seletivos em infraestrutura no "espaço dividido" (SANTOS, 2004), desde que sejam capazes de atrair um público consumidor e novos investimentos externos.

A análise aqui realizada se apoia em uma prospecção sobre a concepção e construção de edifícios institucionais públicos na cidade de Fortaleza nos últimos trinta anos. Toda essa produção foi, em nome do apoio ao turismo e à industrialização, considerada fundamental



para alavancar o desenvolvimento regional. Destacamos o fato de que as tomadas de decisão neste campo extrapolam ou simplesmente ignoram os dados mensuráveis da realidade socioespacial que deveriam nortear as intervenções urbanas. A prioridade econômica e o discurso mistificador fundamentam a implantação incoerente de objetos autônomos, propiciando novos conflitos e distorções urbanas. A lógica é construir “fragmentos vitrine” e não “fazer com a cidade” em matéria de desenvolvimento territorial.

2. O PAPEL DA ARQUITETURA INSTITUCIONAL PÚBLICA E A GOVERNANÇA URBANA

Um dos principais meios de intervenção arquitetônica na cidade pelo Estado é a proposição de edifícios institucionais públicos destinados às mais diversas finalidades: administrativa, saúde, educação, cultura, etc. Em um texto clássico sobre a arquitetura brasileira, Bruant (1991) afirma que o fenômeno pode ser explicado pela organização política do país (um Estado federativo), pela amplidão das necessidades de resultados e pelo prestígio que essa arquitetura assume junto aos governantes, que veem nela um meio seguro de promoção pessoal. Os políticos tiram proveito eleitoral, sendo ainda hoje toda obra realizada por uma administração considerada como pessoal. Todavia, Bruant considera que não se deve atribuir aos regimes políticos, enquanto tais, uma influência profunda sobre a arquitetura no Brasil, pois “...sempre foi concedida às diversas instâncias de poder a mais ampla independência quanto à construção civil e ao urbanismo” (BRUANT, 1991, p.27).

Neste ponto discordamos do pesquisador francês, pois se aceitarmos a arquitetura como linguagem imbuída de intencionalidade, podemos admitir que o ato projetual é um ato político e não apenas uma obra física de intangível estética apolínea. Como todo ato político, a arquitetura pode e deve ser escrutinada a ponto que torne claro suas intenções e repercussões. Admitimos, portanto, que todo projeto de arquitetura conserva “poderes acumulados” (UNWIN, 2013), daí a importância de se decodificar as proposições e estratégias por detrás do discurso arquitetônico, desnudando seus suportes político-ideológicos e os reais impactos no contexto urbano no qual se insere.

No Brasil, o florescimento da arquitetura moderna coincidiu com o crescimento das cidades gerando um extenso mercado, em especial para os edifícios institucionais públicos, nas capitais estaduais, sedes de poderes executivo, legislativo e judiciário autônomos. Desde a primeira metade do século passado, a arquitetura moderna teria favorecido especialmente um duplo movimento: a construção da nacionalidade e a conquista da modernidade. Naquele momento, o conceito de Estado-Nação é correlato do processo de industrialização e de modernização a ele associado, enquanto a integração cultural é pré-requisito para a emergência de um mercado interno¹.

¹ É preciso lembrar que nem todos os especialistas concordam com esses status atribuído à arquitetura moderna. Para Comas (2006) a correlação entre moderno e nacional é um construto que não resiste a uma análise superficial, e que reforça a dominação cultural europeia e norte-americana.



Esse modelo é adulterado nas últimas décadas do século XX, quando emerge uma nova forma de desenvolvimento com base na tecnologia da informação, alçando o sistema capitalista a um novo patamar de atuação, acelerando sua internacionalização e a concentração de renda. Entra em vigência uma nova agenda de política econômica fundamentada na dispersão da produção e na concentração das decisões e do capital. A dispersão geográfica das fábricas e a reorganização da indústria de serviços financeiros são as principais razões para conduzir a disputa territorial das cidades para atrair esse mercado emergente (HALL, 2016). Nessa mudança estrutural altera-se também a finalidade programática e estética da arquitetura, de modo a alinhar-se e assegurar respostas necessárias às novas demandas socioeconômicas (ARANTES, 2013).

A arquitetura passa a ser encarada como um artefato criador e facilitador de mercado, sendo assim mais facilmente assimilada pelo *establishment*. Acentuando a idealização dos tipos arquiteturais vinculados à imagem, as obras mais recentes de arquitetura institucional pública implicam uma relação espacial bem diferente daquela do movimento moderno cuja leitura metafórica das formas se inscrevia em uma história de maneira dinâmica, uma história em que os novos edifícios e antigos permaneciam em tensão através de suas relações tipológicas. Agora, esta tensão desaparece e os projetos tornaram-se sinédoques de tipos abstratos que se referem apenas a formas idealizadas.

No período de transição entre esses dois modos de ver o papel da arquitetura surge conceito de "governança", concebido pelo Banco Mundial no final da década de 1980 como um meio termo entre ação e elaboração doutrinária, para explicar o quadro institucional de ajustes necessários aos Estados em desenvolvimento. O conceito de governança tira do imaginário sociopolítico um modelo de governo capaz de proporcionar um quadro de funcionamento adequado aos mercados, mas legitimado pelo objetivo renovado da luta contra a pobreza. Sua meta era explicar a incompetência institucional dos Estados em desenvolvimento, as falhas observadas em quase todos os lugares na implementação dos planos de reformas macroeconômicas e setoriais consideradas indispensáveis à ampla abertura dos mercados (OSMOND, 1995). Mas na interface da reflexão e da ação, esse conceito será marcado por ambiguidades, pois houve um forte acompanhamento ideológico destinado a legitimá-lo e, acima de tudo, a legitimar o modelo operacional de aplicação e implementação de financiamentos internacionais.

Na escala da cidade, consolida-se a noção de "governança urbana empresarial" (HEMPHILL, 1999) que sublinha a crescente importância das diferentes formas de parceria público-privada que tendem a ser impostas ao espaço urbano no lugar das formas tradicionais de regulação estatal do uso e ocupação do solo. A ideia de governança urbana permitiria implementar uma mudança de compreensão do urbano, centrado na evolução dos modos de interdependência entre atores urbanos que fazem a ação pública local. O conceito obrigava a adotar uma visão global e multiescalar das políticas urbanas. Desde então, a governança urbana torna-se



gradualmente uma "palavra-chave" para designar e formalizar uma série de grandes transformações urbanísticas.

A difusão internacional da governança urbana, alimentada por uma grande quantidade de obras arquitetônicas, fomentou o debate sobre a capacidade das instituições públicas locais de produzir e gerenciar suas próprias políticas urbanas (OSMOND *et al*, 2008). Sendo cada vez mais urgente a necessidade de ajuste estrutural, era essencial fortalecer as reformas econômicas em termos de padrões, regulamentos e desregulações, mas também as finanças públicas e a administração pública, o que gradualmente envolveria a luta contra a corrupção, o direito de controlar as escolhas orçamentárias, a reorganização dos serviços públicos e, finalmente, o modo de governar. A história do desenvolvimento da governança urbana como instrumento de política pública pode assim ser entendida como uma importação no campo da ação pública de uma série de diagnósticos e análises elaborados sobre a transformação das cidades contemporâneas.

O grau e a qualidade dos projetos de intervenção urbana passariam a ter um efeito direto nas perspectivas de investimentos, fato que aproxima o modo de fazer a arquitetura da governança urbana em uma perspectiva de "boa ordem" na gestão dos recursos públicos. Nos documentos oficiais, essa produção arquitetônica é traduzida em uma visão nobre e ética de um poder estável, liberto dos aspectos incontroláveis e conflitantes da politicagem. Mas esse poder dado à arquitetura é concretamente incorporado e ideológico, um modelo de ordem moral idealizado para oferecer a melhor estrutura para o desenvolvimento da economia. Assim, a arquitetura, em sua dimensão utópica, serve como ponte para o domínio delimitado pela gestão econômica e pela ideologia. Dito de outro modo, a noção de boa ordem é o cerne do conceito de governança e constitui seu lado ideológico na utopia liberal globalizada.

3. A PRODUÇÃO ARQUITETÔNICA CEARENSE NA TRANSIÇÃO PÓS-MODERNA.

Em âmbito nacional, o fim da ditadura militar no Brasil e, conseqüentemente, a reforma constitucional de 1988, marcam o início de uma descentralização do poder no país. Tal cenário permitiu que os estados da federação pudessem conceber suas próprias políticas de desenvolvimento regional. No Ceará, em 1986, derrotando a velha política dos coronéis, se elegeu pela primeira vez para o governo estadual um empresário representante da nova fase de industrialização do Nordeste. O início do "governo das mudanças", sinalizado pela eleição de Tasso Jereissati (1987-1990), marca uma fase de significativas transformações na política cearense e a ascensão de uma nova elite ao controle do Estado. Sob a bandeira da modernidade e do combate ao clientelismo, Tasso busca o equilíbrio orçamentário, a eficiência da "máquina administrativa" e a probidade no trato da coisa pública (GONDIM, 1995; 2007).



Os governadores² deste novo período que se estende até os dias de hoje adotam esse modelo de gestão político-econômica sem alterações significativas, convergindo na intenção de transformar o Ceará em um estado moderno, urbano, aberto e atraente para os investimentos econômicos. Em seu conjunto, as iniciativas de políticas públicas privilegiam a concentração de recursos no desenvolvimento da Região Metropolitana de Fortaleza, buscando transformar a capital em um centro de serviços com destaque para a indústria e o turismo. A competição urbana é o novo tema da economia regional: competição pelo investimento de capital, tecnologia, mão-de-obra qualificada e principalmente pela atração de novos negócios.

A capital cearense torna-se alvo do pensamento liberal-conservador sob o qual os gestores urbanos passam a agir e tomar decisões a partir das informações e expectativas geradas pelo mercado. Ocorre assim, uma forte articulação entre o público e privado visando investimentos através de uma gestão pública com preceitos e formulas da gestão privada. Destacamos que esse discurso político-econômico está perfeitamente alinhado com a nova abordagem dos principais financiadores internacionais, incluindo o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, que veem as reformas institucionais (liberalização de serviços, saneamento das contas públicas, luta contra a corrupção, luta contra a pobreza, etc.) como necessárias à boa governança.

Não é possível, portanto, compreender a governança urbana no Ceará desvinculada das drásticas mudanças promovidas por essa agenda política e econômica. A cidade de Fortaleza converte-se, ao mesmo tempo, em cenário e laboratório de experimentações com a finalidade de inserir o território no processo de globalização. Os investimentos públicos visam dotar a cidade de infraestrutura e diferenciais urbanos que lhes dê vantagens competitivas frente a concorrência de outras capitais nordestinas. Essas vantagens competitivas se traduzem principalmente no estímulo à concepção de ostensivos projetos turísticos e culturais, que colocam a imagética arquitetônica como crucial para o sucesso do empreendimento.

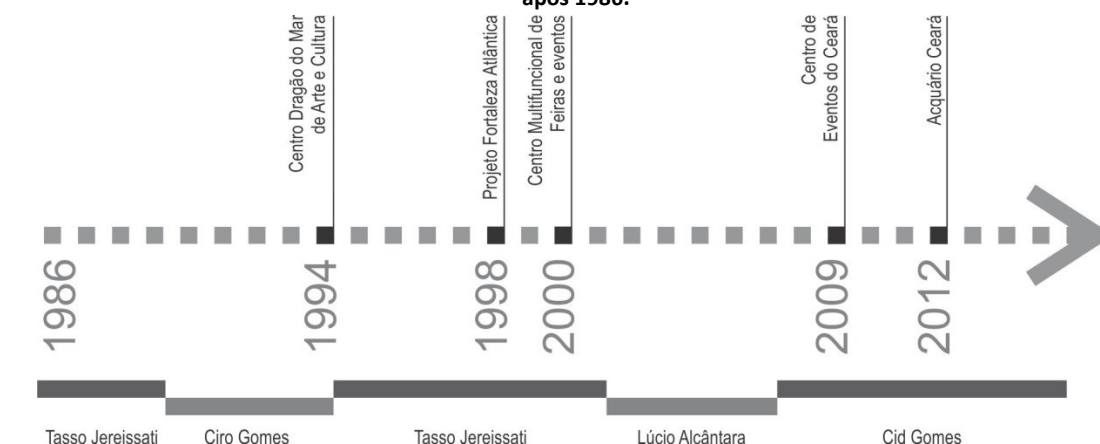
Vista assim, a arquitetura permite a síntese da cidade como mercadoria, propagando uma imagem positiva para legitimar a apropriação direta de instrumentos do poder público por grupos privados e, vá lá, pela população de um modo geral. A melhor forma de construir esse consenso é através da cultura, do entretenimento e do fortalecimento da identidade local. Sendo a cultura a força motriz para a união em torno de um patriotismo cívico que busque gerar consenso e promulgar a imagem da cidade (VAINER, 2013). Pelo menos no nível do discurso oficial³, isso poderia induzir outras políticas públicas de desenvolvimento social e econômico em favor das necessidades coletivas dos grupos sociais mais vulneráveis.

² Tasso Jereissati (1987-1991; 1995-1999; 1999-2002), Ciro Gomes (1991-1994), Lúcio Alcântara (2003-2007), Cid Gomes (2007-2011/2011-2015), Camilo Santana (2015-2018).

³ Ver, por exemplo o Plano de Ação Cultural, elaborado por Tasso Jereissati (1995-1999).

Diversos projetos arquitetônicos (ver fig.1) foram elaborados neste período com a finalidade de darem suporte à construção dessa nova imagem. Do ponto de vista da democratização, tais projetos são concebidos à margem do debate público, reduzindo a responsabilidade da sociedade civil e centrando o ônus na administração estadual, no que se refere à gestão dos empréstimos e execução das obras; e na administração municipal, no que se refere ao reparo dos seus impactos no tecido urbano. Essa ausência da sociedade civil reflete a falácia do discurso da boa governança local, pois até mesmo o manual do Banco Mundial recomendava o seu empoderamento (*empowerment*) no controle das decisões e dos recursos. A falta da participação democrática na definição da localização, do programa de necessidade e dos projetos complementares distanciaram essas obras daquelas soluções em favor das necessidades coletivas mais urgentes.

Figura 1. Grandes projetos de arquitetura institucional pública concebidos pelos governos do Estado do Ceará após 1986.



Fonte: Linha de tempo elaborada pelos autores.

Esses projetos expressam não apenas as tendências de conteúdo estético (como os padrões de materialidade), mas repercutem as noções caras a uma logística midiática manipulada a favor de um empreendedorismo urbano. Comentaremos a seguir sobre duas linhas discursivas de projetos e suas implicações no espaço urbano: a do resgate da identidade marítima da cidade (Projeto Fortaleza Atlântica e o Centro Multifuncional de Feiras e Eventos do Ceará - CMFEC); e a da cultura e entretenimento urbanos (o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura - CDMAC e o Acquário Ceará).

4. A ARQUITETURA ENTRE IDENTIDADE E FINALIDADE

A arquitetura, é verdade, mantém relações especiais com a comunicação, uma vez que ela é uma das mídias mais antigas e talvez a mais arcaica. Desde o início, ela tornou-se parte de um sistema de comunicação, cristalizando estratégias políticas, religiosas, corporativas ou



econômicas. A função mediática da arquitetura tem sido extraordinariamente explorada desde a última década do século passado, devido sobretudo as motivações econômicas descritas no item anterior. Entretanto, a reverberação mediática da arquitetura é afetada por vieses específicos. Sua configuração não é reproduzível tal como o sistema de franquias, pois em cada sítio urbano ela pode gerar distorções que se alimentam de frustrações imprevisíveis.

Para chamar a atenção, uma cidade precisa se diferenciar das demais, e para isso, como todo bom produto de mercado, tem que ser tipificada a partir da sua “identidade” constantemente renovada (MONTANER e MUXÍ, 2014). Mas o contexto e a história locais na maioria das vezes não se apresentam formatados, fáceis de serem digeridos e interpretados. Eles precisam ser simplificados e rotulados para uma melhor assimilação. É nesse ponto onde a cidade ideal se choca com a cidade real. O projeto tipificado pela imagem se transforma em objeto de consumo autônomo.

Em Fortaleza, para criar uma imagem idealizada, rotulada e “vendável”, os gestores públicos buscam a valorização paisagística e cultural da orla marítima da cidade recorrendo a projetos grandiosos como o ‘Fortaleza Atlântica’ e o ‘Centro Multifuncional de Feiras e Eventos do Ceará – CMFEC’. Por motivos diversos que não serão esmiuçados aqui, esses dois projetos não chegaram a se concretizar, mas exemplificam claramente essa manipulação da arquitetura em favor do “resgate da identidade” através da imagem. O remédio aparente é a rotulação e a tematização da identidade, que se apresenta contraditória e compulsiva, pois ignora os imensos desafios que a cidade real impõe à governança urbana.

No início da década de 1990, o Projeto Fortaleza Atlântica (ver fig.2) foi concebido com o propósito reconquistar uma paisagem marítima urbana açodada por uma ocupação caótica. O “Portal para o Atlântico” daria início a uma série de intervenções urbanas ao longo dos 23km de orla da cidade de Fortaleza. Seu objetivo era criar um ícone tão forte a ponto de induzir a mudança do quadro social e econômico especialmente das áreas litorâneas ocupadas por populações de baixa renda. Essa gentrificação era necessária para atrair novos investimentos em empreendimentos imobiliários (FERNANDES, 2012).

Figura 2. Portal para o Atlântico, parte do Projeto Fortaleza Atlântica, e a situação urbana real do entorno.



Fonte: À esquerda, <http://www.nasserhissa.com.br/icone-de-fortaleza.php>. À direita, desenho dos autores sobre base do Google Earth.

No início do novo milênio, a fundamentação para a construção de um centro de feiras e eventos se sustentava na demanda para acomodar o crescimento de um tipo de turismo que poderia ser fomentado em todos os períodos do ano, e não apenas na chamada “alta estação”, e capaz de incrementar significativamente a economia regional: o turismo vinculado a negócios como congressos e feiras. Essa proposta exigia a construção de um novo equipamento de grande porte com as características requeridas pelo mercado. O projeto do CMFEC evoluiu para a proposição de um acréscimo de marinha de aproximadamente 19ha, em uma área com usos e ocupação do solo complexos (ver fig.3).

Às dificuldades técnicas de um aterramento marítimo somavam-se os incontáveis impactos no tecido construído e na paisagem. O autoritarismo da proposta sofreu forte crítica de ambientalistas e urbanistas que duvidaram da viabilidade técnica, da mobilidade e acessibilidade no entorno do empreendimento. Mesmo com os estudos de prospecção da área já realizados e os projetos executivos parcialmente concluídos, cujo dispêndio não foi totalmente esclarecido, o governo estadual se viu obrigado a abandonar esta proposta.

Figura 3. Projeto do Centro Multifuncional de Feiras e Eventos do Ceará – CMFEC e repercussão no entorno imediato.



Fonte: À esquerda perspectiva da implantação (SEINFRA/CE–UFC apud FERNANDES, 2012). À direita, primeiros estudos de implantação do CMFEC (FERNANDES, 2012).

As proposições do Portal do Atlântico e do CMFEC refletem essa busca pela criação de espaços de síntese, mesmo que a um alto custo social e urbanístico. É a lógica da “cidade-como-palco” (HALL, 2016, p.506), em que o palco isoladamente encena uma vitalidade urbana idealizada e, no qual, não é possível detectar os conflitos e contrastes da cidade pré-existente. Fabricar esse “molde temático” urbano faz parte da necessidade de se produzir uma imagem a ser promulgada e vendida para impulsionar o turismo de massa tendo a orla marítima como grande palco. Como definem Montaner e Muxí (2014), a tematização consiste em demarcar trechos compreensíveis e estruturados da imagem que se deseja, para que se apresentem de forma sedutora para o turismo. São hiper-realidades, clichês, cenários que oferecem ao futuro visitante o vislumbre do tema central da cidade na qual se pretende visitar.

5. ARQUITETURA, CULTURA E ÓCIO COMO FORÇAS PRODUTIVAS

A questão cultural ganha uma nova dimensão com a aceleração do processo de globalização. Como lembra Harvey (2014), o capital tratou de transformar a cultura em mercadoria, com o intuito de atender e estimular os seus múltiplos consumidores através de uma nova estética em constante mutação, que funciona como fornecedora de ilusões através da manipulação das questões identitárias e de pertencimento. Essa busca por conexão e identidade levou a formação de uma “indústria da herança” com o objetivo de reestabelecer esses vínculos culturais com o lugar. A história torna-se um cenário, mais uma imagem dentro de um panorama, do que uma análise crítica de como decorre o processo de formação de uma sociedade. Ou seja, a história vira um “produto” dentro de uma indústria cultural, que pode ser embalado e promovido pelas novas tipologias arquitetônicas.

No Ceará, a estratégia de fomento dessa “indústria cultural” tem início com o projeto do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura (CDMAC), inaugurado em 1999. No discurso oficial, o

CDMAC era um motor de revitalização urbana, uma resposta ao esvaziamento institucional e cultural da área central de Fortaleza. Esse discurso buscava justificar os custos da edificação e a imponência do programa arquitetônico em uma área de interesse patrimonial. Imbuído de um discurso historicista e de referências simbólicas, o projeto representou um grande impacto no tecido urbano ao romper com o traçado reticulado tradicional de Fortaleza, apropriando-se de dois antigos quarteirões e com uma área construída de 13.500m² (ver fig.4).

Figura 4. Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura (CDMAC) e seu entorno de edificações de interesse histórico.



Fonte: À esquerda foto área do CDMAC, <http://setydeias.com.br/comercial/fortaleza>. À direita, vista aérea da implantação do CDMAC: (1) CDMAC, (2) Teatro São José, (3) Biblioteca pública, (4) Conjunto de edificações com fachadas ecléticas restauradas para o funcionamento de bares e restaurantes, (5) Seminário da Prainha, (6) Comunidade do Poço da Draga, (7) Edifício Boris, (8) Antigo prédio da Secretaria da Fazenda, (9) Prédio da Alfandega, (10) Capitania dos portos. Desenho dos autores.

A proposta arquitetônica do CDMAC, decomposta e teoricamente “inclusiva” ao abandonar a tipologia tradicional do museu, conseguiu criar um cenário sedutor e inédito, transformando-se em um cartão postal da cidade. A tipologia do edifício é pensada de forma a conotar a arquitetura vernacular, utilizando como linguagem o redesenho da poética arquitetônica cearense que se origina da simplicidade da arquitetura sertaneja e dos elementos de decoração ibero-orientais. Mas, se o objetivo principal da criação de um centro cultural era revigorar os edifícios de interesse patrimonial do entorno por que não se optou pela restauração arquitetônica? A resposta se encontra no fato de que essa alternativa não geraria uma nova “imagem” que pudesse ser associada à exigência neoliberal de vender a cidade para além de suas fronteiras. Fato que denota como certas influências e estratégias de âmbito global permearam e moldaram a mudança de foco da política cearense (GONDIM, 2006).

Destacamos, por fim, o projeto do Acquário Ceará. Desde a sua concepção, em 2008, e o início de suas obras, em 2012, esta é uma obra imersa em mistérios e muita polêmica. Oficialmente definido como um equipamento a um só tempo educacional e de atração turística, o Acquário Ceará é alardeado como o terceiro maior do mundo em construção, trazendo a promessa de

colocar a cidade à frente na competição turística do Nordeste brasileiro (ver fig.5). Os idealizadores propõem uma forma com “conteúdo”, através da associação de conceitos de marketing e entretenimento como ferramentas de criação aliados a arquitetura convencional. Este conteúdo arquitetônico não advém da sua dimensão social ou de seu caráter utilitário, mas do seu poder de capitalização. Nas palavras do autor do projeto “...vai ser algo que não existe no país inteiro [...] um símbolo diferente dos demais aquários do planeta” (FREITAS, 2017).

Figura 5. Acquário Ceará. Imagem renderizada do projeto aprovado.



Fonte: Perspectiva da implantação do Acquário Ceará, http://www.acquarioceara.com.br/imagens_eng.html.

A escolha do local de implantação do empreendimento não poderia ser mais controversa e emblemática: substituir um antigo edifício institucional de traços modernistas e preannunciar a remoção de sua vizinhança de um dos mais antigos assentamentos populares de Fortaleza, a comunidade do Poço da Draga, que seria paulatinamente substituída por serviços agregados ao Acquário, sendo primeiramente proposto um pátio de estacionamento. Tão grave quanto essa insensibilidade programática, foram as suspeitas de superfaturamento, o escândalo ambiental-financeiro e a guerra de liminares judiciais que acabaram por paralisar a obra em 2015, situação que se estende até a presente data.

As proposições do CDMAC e do Acquário Ceará são desvinculadas de preocupações sociais, mas atentas em exprimir uma estética da diversidade. Diversidade que é alavancada pela derrubada virtual das fronteiras dos Estados nacionais em decorrência do desenvolvimento da era da informação e consequente internacionalização do capital. Esses projetos trazem consigo uma negação a qualquer reflexão factível sobre o contexto onde se inserem, relegando as justificativas técnicas das decisões projetuais em favor da valorização imagética e simbólica. Uma arquitetura concebida como entidade autônoma, sem compromisso com a estrutura. A ideia de uma tipologia arquitetônica historicamente definida parece ter desaparecido em



proveito de uma forma qualquer que pode ser percebida como uma entidade pura, em que o uso não afeta mais a leitura. Não por acaso, e esses projetos o comprovam, o objeto arquitetural permanece onipresente, enquanto o seu entorno entra progressivamente em obsolescência.

6. CONCLUSÃO

Como foi possível observar, a produção de edifícios institucionais públicos na capital cearense reflete as mudanças de ordem social, política e cultural-ideológica ocorridas no último quarto do século XX no âmbito internacional, e que induziram a uma outra maneira de interpretar e de fazer o espaço das cidades contemporâneas. Com isso a arquitetura repercute a influência de uma cidade sob o domínio do marketing, da perspectiva empresarial na gestão pública e da apropriação da máquina pública por interesses privados. A simplificação e tematização da arquitetura levam a uma busca por homogeneização socioeconômica em um espaço urbano já historicamente complexo e conflituoso.

Surge daí uma das maiores incongruências entre arquitetura, ideologia e governança: a invenção de um espaço urbano *prêt-à-porter*. O perigo dessa demanda por simplificação temática é tornar as cidades que possuem uma forte singularidade, em cidades rasas, sem nuances ou sutilezas, como um logotipo. A história e a memória agora podem ser fabricadas, substituindo paulatinamente a memória real da cidade e, conseqüentemente, a memória crítica de seus cidadãos. A esse processo Koolhaas (2014) denomina de “cidade genérica”, uma cidade superficial, pragmática, rápida de ser renovada, disposta a aceitar qualquer coisa que lhe for proposta.

Sob o ângulo da boa governança, a adoção desses projetos se demonstrou fugaz e oportunista. Ao contrário de outros lugares, não foi adotado em Fortaleza um planejamento estruturante que atravessasse as diversas gestões. Os projetos foram concebidos de maneira desarticulada em relação a outras políticas setoriais, e dependentes das decisões unilaterais de políticos e técnicos. Esse caráter autoritário de fazer política urbana dificultou inclusive a busca pelo consenso e cooptação dos cidadãos. A despeito do previsto nos manuais da boa governança, a concepção e implementação dessas obras não passaram pelo crivo da participação popular pois eram justificados em “dados cientificamente levantados”.

Em geral, todas essas concepções provocam expressivos impactos de vizinhança, especialmente devido às escolhas dos terrenos de implementação situados em zonas sensíveis e de grande apelo patrimonial, paisagístico e ecológico. As decisões de localização e implantação resultaram, assim, em projetos controversos e desconectados do contexto socioeconômico, especialmente devido à estratégia de simplificação do processo para uma rápida execução da obra. Essa ausência de preocupação com o entorno edificado também pode ser entendida como uma velada estratégia de forçar uma requalificação pela promessa de uma futura valorização imobiliária. O imprevisto, nos casos das obras construídas, foi a



progressiva degradação e/ou agravamento dos conflitos desse mesmo entorno, em grande parte motivados pela frustração das expectativas. Como aprendizagem, cabe o alerta de Koolhaas (2014) sobre o uso irresponsável da imagética da grandiosidade em nome de uma apoteose do vazio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANTES, Otília. Uma estratégia fatal. A cultura nas novas gestões urbanas. In ARANTES, O.; VAINER, C. e MARICATO, E. **A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos**. 8. Ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2013.
- BRUAND, Yves. **Arquitetura contemporânea no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1991.
- CAVALCANTE, Lauro. **Moderno e brasileiro. A história de uma nova linguagem na arquitetura (1930-60)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- COMAS, Carlos Eduardo. Moderno e nacional: uma incompatibilidade a questionar. In PESSOA, José; VASCONCELLOS, Eduardo; LOBO, Elizabete R.M. **Moderno e nacional**. Niterói-RJ: Eduff, 2006, p.25-34.
- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 2015.
- FERNANDES, F. R. C. **A Frente Marítima da Área Central de Fortaleza e a revalorização do Projeto Urbano como instrumento de intervenção**. Tese de Arquitetura e Urbanismo, FAUUSP, 2012.
- FREITAS, Levi de. **Vamos competir com o turismo do resto do mundo**. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/negocios/vamos-competir-com-o-turismo-do-resto-do-mundo-1.1322957>>. Acesso em: 28/08/2017.
- GONDIM, Linda. Os “governos das mudanças” no Ceará: um populismo weberiano? In **Anais do XIX Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS)**. Caxambu-MG, 1995.
- GONDIM, Linda. **O Dragão do Mar e a Fortaleza pós-moderna: cultura, patrimônio e imagem da cidade**. São Paulo, Annablume, 2007.
- GOVERNO DO CEARÁ. **Diretrizes para o plano de governo: da coligação, Ceará vota para crescer**. 2005. Disponível em: http://www2.seplag.ce.gov.br/content/aplicacao/SEAD/seplan/downloads/diretrizes_para_o_plano_de_governo.pdf> Acesso em: 16/07/2017.
- HALL, Peter. **Cidades do Amanhã**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.
- HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna**. 25. ed. São Paulo: Edições Loyola Jesuítas, 2014.
- HEMPHILL, Thomas. Corporate Governance, Strategic Philanthropy, and Public Policy. In **Business Horizons** 42 (3): 57-62, 1999.
- JOUBE, Bernard. La gouvernance urbaine : vers l'émergence d'un nouvel instrument des politiques? In: **Revue Internationale des Sciences Sociales** 2007/3 (n° 193-194), p. 387-402.
- KOOLHAAS, Rem. **Três textos sobre a cidade**. 2. ed. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.
- LEFEBVRE, Henri (1972). **Espaço e Política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.



LIMA, R. O. D. **O Reposicionamento de destino turístico**: O caso do Centro de Eventos do Ceará, Brasil. 2015. 147 p. Dissertação (Centro de Ciências e Tecnologia) — Universidade Estadual do Ceará.

MACIEL, Katia. A última imagem. In: PARENTE, André (Org.). **Imagem Máquina**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2011. p.49-55.

MONTANER, Josep; MUXÍ, Zaida. **Arquitetura e Política**. 2. ed. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

OSMONT, Annick. La “gouvernance”, concept mou e politique ferme. In **Les Annales de la Recherche Urbaine** n. 80-81, 1995, p.19-26.

OSMONT, Annick et al. **La gouvernance urbaine dans tous ses etats**. Analyses et propositions du groupe de reflexion sur la gouvernance urbaine. Rapport de synthèse. Ministère des Affaires Etrangères et Européennes, janvier, 2008.

PAIVA, Ricardo A. **Cidade e arquitetura em transe. O Centro de Eventos do Ceará**. In Vitruvius 164.04, ano 14, jan. 2014. Ver em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/14.164/5032>. Acesso 16/07/2017.

PARENTE, André (Org.). **Imagem Máquina**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2011. p.7-36.

NUNES, G. **Fortaleza: Acquário Ceará**. Internet. Disponível em: <https://arcoweb.com.br/finestra/arquitetura/aquario-fortaleza-sera-terceiro-maior-do-mundo>. Acesso em: 02/03/2017.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2004.

UNWIN, Simon. **A análise da Arquitetura**. 3.ed. São Paulo: Bookman, 2013.

VAINER, Carlos B. Pátria, Empresa e Mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento urbano estratégico. In ARANTES, O.; VAINER, C. e MARICATO, E. **A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos**. 8. Ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2013.

*